

# ROMANTISMO E NOVO ROMANCE HISTÓRICO: CULTURA E IDENTIDADE NACIONAL NOS ENTREMEIOS DA LITERATURA E DA HISTÓRIA

Veronice Oliveira Cristo Wamms<sup>1</sup>

## Resumo

Quando o assunto é retratar fatos e acontecimentos que marcaram as especificidades e/ou os hibridismos culturais de determinadas nações, literatura e história configuram um dos componentes básicos para o estudo da formação de uma identidade nacional. Nesse processo também importa compreender como se dá o fenômeno da leitura, ao sabor de cada etapa da produção tanto do conhecimento estético quanto do conhecimento histórico. A partir da leitura desses fatos e acontecimentos sobre a história nacional retratada na e pela literatura, é possível constatar, ao longo do tempo, que muitas tramas narrativas se dedicaram em maior ou menor grau, em especial, à narração das histórias dos imigrantes no Brasil. A partir da recepção das obras *Iracema*, de José de Alencar (1865) e *Um Amor Anarquista*, de Miguel Sanches Neto (2005), o intento é analisar como são evidenciados, de um lado, os modos de assimilação por parte da sociedade nacional sobre o perfil do imigrante europeu. Por outro, busca-se traçar o perfil de identidade do brasileiro, numa relação de contraste com o europeu. Identidade essa também construída discursiva e ideologicamente na trama ficcional. Com base nessa reflexão e nos pressupostos teóricos de Burke (1992), segundo o qual a história é uma “construção cultural” acerca da realidade social e sujeita a variações no tempo e no espaço, é que nos propomos levantar a discussão do presente artigo, ou seja, o estudo sobre as experiências e vivências humanas, sobretudo no que se refere às mentalidades e às práticas culturais que se foram construindo ao longo do tempo e que são representadas na linguagem escrita pelo embricamento entre história e ficção, no sentido de fornecer um panorama da identidade nacional em seu aspecto político, histórico e sócio cultural. Recorremos ainda a Jauss (1994) e Eagleton (2001) no sentido de melhor compreender a produção e a recepção da obra literária e a sua relação com a vida social.

Palavras-chave: Literatura – História – Identidade Nacional

## Introdução

*Bem se sabe que o termo “discurso” assume um papel relevante em vertentes do pensamento contemporâneo. Mas que se compreende precisamente pelo termo?*

*(Costa Lima)*

---

<sup>1</sup> Professora da Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná, graduada em Letras Português-Inglês pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Especialista em Literatura Brasileira e a Construção do Texto pela Faculdade Padre João Bagozzi-PR e mestranda em Letras – Interfaces entre Língua e Literatura – UNICENTRO-PR.  
[vwamms@yahoo.com.br](mailto:vwamms@yahoo.com.br)

Quando o assunto é retratar fatos e acontecimentos, os quais marcaram as especificidades e/ou os hibridismos culturais de determinadas nações, literatura e história configuram um dos componentes básicos para o estudo da formação de uma identidade nacional. Desde as narrativas gregas, tais como os relatos produzidos na épica, muitos autores literários recorrem à temática da narração dos grandes acontecimentos, dos homens e das suas lutas para consolidar seus territórios e nações.

Além disso, ao longo da evolução do pensamento humano, das sociedades e dos tempos, a literatura e a história proporcionaram encontros bastante férteis e cheios de variáveis resultantes do surgimento de correntes teóricas, que ora se ramificavam ou que divergiam completamente entre si. Contudo, ao analisarmos o produto cultural resultante desse processo, é possível verificarmos uma pluralidade de construções narrativas – ou de discursos conforme bem coloca Costa Lima (2009) – que deixam evidenciar a também pluralidade de construções discursivas que ecoam por meio das primeiras, onde podemos ainda perceber as ideologias nelas presentes.

Sobre esse aspecto, na produção literária brasileira, desde os seus primeiros impulsos até a produção contemporânea, são encontrados autores e obras que se dedicaram ou se dedicam a retratar na narrativa ficcional, um painel da sociedade e da cultura brasileiras. Representam assim, a extensa universalidade de um país e a heterogeneidade de uma nação fundada a partir da miscigenação, tanto como aqueles fatores geográficos e climáticos que a tornam, de alguma, formar singular e distinta das demais experiências culturais. O conjunto desses fatores retratados na e pela literatura estão impregnados de ideologias tais, que reforçam o sentimento de nacionalismo e de pertença.

Ainda sobre esse contexto da história nacional retratada na e pela literatura, é possível constatar, ao longo do tempo, que muitas tramas narrativas têm se reportado, em especial, a narração das histórias dos imigrantes em solo brasileiro.

No campo da História também há uma extensa produção de obras específicas sobre o tema da imigração ou publicadas em compêndios didáticos da história oficial, as quais narram sobre os feitos de bravos e renomados aventureiros, descobridores da natureza selvagem e recôndita do país, aqueles que fundaram povoados nas regiões mais ermas do extenso

território brasileiro, as quais mais tarde, tornaram-se grandes cidades, grandes capitais ou grandes estados da nação.

Como a fonte de pesquisa é bastante extensa, recortamos duas obras literárias do gênero romance, produzidas por autores que viveram em épocas diferentes e tiveram sua produção artística influenciada por estilos literários distintos entre si. Porém, são correlatos em termos de mostrar cada um, em seu tempo e modo, a escrita de uma micro-narrativa histórica, a qual se reporta à participação política, social e cultural do imigrante europeu, mais especificamente, o português e o italiano em solo brasileiro. Aquele por ser o primeiro desta ordem e o último, por constituir o segundo maior contingente depois dos portugueses, de acordo com Pesavento (1985).

Para fins de delimitação desse estudo, elegemos uma obra literária do Romantismo que se reportasse ao momento histórico do Brasil colônia. Apenas um dos muitos exemplos de construção narrativa de exaltação do sentimento nacional, *Iracema*, de José de Alencar (1865), dado a vasta produção literária concernente ao período a que se refere este estudo, assim como pela grandeza de autores e obras aí então efervescentes.

Já no que tange a escrita de um novo capítulo da história – o início da república – um episódio particular nos chamou a atenção pelo fato de constituir parte da micro-história nacional e, mais distintamente, da formação territorial do Estado do Paraná e de sua expansão populacional. Tomamos como objeto de representação literária acerca desse acontecimento a obra *Um Amor Anarquista*, de Miguel Sanches Neto (2005). Esse episódio ocorrido nos fins do século XIX, de curta duração, mas que teve fundamental importância, permaneceu oculto nas narrativas e registros da história oficial e também muito pouco se tem mencionado a esse respeito na produção literária.

A partir da linguagem constitutiva do romance de Sanches Neto (2005), apresenta-se a necessidade de revisitação aos velhos paradigmas de identidade nacional, em que importa o exercício da visão consciente acerca das ideologias do passado. Para tanto, sob essa nova concepção, não basta conhecer personagens históricos e suas grandes obras. Para conhecer o passado da nossa identidade nacional é preciso olhar para as pessoas comuns e suas historicidades e ler os discursos interditos.

Com base nessa reflexão e nos pressupostos teóricos de Burke (1992), para quem a história é uma “construção cultural” acerca da realidade social e sujeita a variações no tempo e no espaço, é que nos propomos levantar a discussão do presente artigo. Ou seja, refletir sobre as experiências e vivências humanas, sobretudo no que se refere às mentalidades e às práticas culturais que se foram construindo ao longo do tempo e que são representadas na linguagem escrita pelo embricamento entre história e ficção, no sentido de fornecer um panorama da identidade nacional em seu aspecto político, histórico e sócio cultural.

A partir da recepção das obras *Iracema*, de José de Alencar (1865) e *Um Amor Anarquista*, de Miguel Sanches Neto (2005), o propósito é analisar como são evidenciados os modos de assimilação por parte de cada sociedade sobre o perfil do imigrante europeu em contraste com o perfil de identidade nacional, reiterando mais uma vez o caráter de que ambas se tratam de uma construção verbal/discursiva e ideológica na trama ficcional. Resta ainda entender de que forma ambos os autores constroem esse perfil, uma vez que estando eles distanciados temporalmente dos acontecimentos que narram e, por retratarem dois momentos distintos da história nacional: o Brasil colônia e o Brasil república, estão igualmente distantes em suas próprias existências, mas paradoxalmente, ambos se utilizam do recurso da linguagem e do gênero romance para representar na ficção a história dessas mentalidades e culturas.

A escolha já explicada no parágrafo anterior deve-se também, em primeira instância, pelo fato de que no século XIX, os autores sob a influência da estética literária denominada Romantismo, sobretudo aqueles pertencentes à segunda geração romântica brasileira, como é o caso de Alencar, produziram narrativas que manifestavam o desejo de emancipação política do Brasil colônia.

Por tal razão, tinham como proposta escrever uma literatura sobre a construção de uma nova identidade nacional. Esse desejo de independência se cristalizou na história da literatura brasileira, reproduzindo um discurso idealizado e ideologizado sobre o contexto histórico e cultural do país, a partir da criação de um mito fundador da pátria.

Num segundo momento dessa seleção, optamos também pela representativa obra de Sanches Neto (2005), devido ao fato de as características estéticas aí presentes se encontrarem mais em sintonia, a partir da segunda metade do século XX, com uma nova corrente da produção literária contemporânea na América Latina: o Novo Romance Histórico (WEINHARDT,

2011). Nessa nova forma de arte literária, a escrita narrativa também se reporta à representação da história nacional, no entanto, ela o faz por meio da análise de micro-estruturas sociais e das mudanças ocorridas a longo prazo.

Ao término desse estudo procuramos também ressaltar, como aspecto evolutivo da produção literária brasileira que o perfil de outrora, presente no discurso nacionalista da linguagem romântica foi sendo desconstruído ao longo do tempo. Agora, sob o olhar estético do Novo Romance Histórico, a ideia de nação construída sob o espírito da imaginação idealizadora, cede lugar à produção de uma literatura não exatamente engajada na crítica social. Mas cuja linguagem e estilo repercutem para o leitor não só uma nova forma de ler a história de seu povo e de seu país, um novo modo de olhar para o passado. A leitura dessa linguagem e estilo novos também propõe ao leitor uma postura reflexiva mais aprofundada e crítica em relação à história nacional e à constituição da sua própria identidade, a partir do entrecruzamento de diferentes culturas.

### **A Literatura e a História**

De acordo com Jauss (1994) entre literatura e história existe um “abismo”, o conhecimento estético e o histórico. Contudo ele pode ser superado quando a história da literatura não se restringe ao aspecto descritivo do percurso da história e nem somente a análise de como esse percurso se reflete nas obras literárias. A superação também acontece no processo evolutivo da produção literária, quando a busca se concentra em encontrar a ideia fundamental que atravessa a série dos acontecimentos históricos, que neles se manifesta e que se conecta aos acontecimentos do mundo.

Nesse sentido a ideia fundamental aqui a ser encontrada diz respeito aos movimentos e mudanças que a sociedade brasileira vivenciou ao longo de seu processo histórico na questão dos processos de interação social entre o brasileiro e os imigrantes europeus portugueses e italianos. Além disso, buscar a relação de produção dessas obras com o contexto recepcional, em cada momento da história nacional.

Por isso, também importa compreender nesse processo, como se dá o fenômeno da leitura ao sabor de cada etapa da produção, tanto do conhecimento estético quanto do conhecimento histórico. Nesse sentido, recorreremos aos estudos de Darnton (1992, p. 219–220) *Linguagem*, São Carlos, v.23 (1):2015

que explica sobre a produção e a recepção da leitura, referente às sociedades dos séculos XVI e XVII. Assim, tem-se que, no referido período, a leitura era basicamente pautada como uma forma de exercício espiritual, fato que se realizava pelas leituras familiares acerca de textos religiosos, de fontes jesuítas ou protestantes, de acordo com a fé professada. Mas sobretudo, a leitura da Bíblia, realizada por todos como um instrumento de acesso aos “mistérios sagrados” e à “verdade absoluta.”

Abandonado o pensamento teleológico de base agostiniana, história e literatura passam a se conjugar no sentido de retratar os movimentos e mudanças constantes do percurso histórico evolutivo das sociedades em geral e da humanidade como um todo.

Já no final do século XVII, durante os séculos XVIII e XIX proliferam pelos países da Europa, mais notadamente da Alemanha e Inglaterra, o surgimento dos clubes literários onde uma seleta camada de leitores tinha acesso a revistas, jornais e momentos de discussão sobre temas políticos e históricos. Sobretudo, a Alemanha, é que floresceu esse ambiente em também que se fomentou “a base social para uma variedade distinta de cultura burguesa”, segundo explica Darnton (1992, p. 217, fundado nos seus estudos sobre o historiador alemão Otto Dann (1981).

A partir disso, durante todo o século XIX, a história da literatura foi atravessada pela ideia da individualidade nacional como representativa de uma parte invisível do acontecimento histórico. Essa foi a ideia concebida por Humboldt e, posteriormente, desenvolvida por Gervinus, como uma forma de ideologia nacional: a superioridade das raças, preponderante no pensamento e na cultura alemã, no referido contexto histórico. O conhecimento da história das individualidades foi uma forma encontrada no sentido de compreender o processo evolutivo da história da humanidade, tendo em vista o pressuposto de que uma constitui o reverso da outra e, assim, ambas se complementariam. (JAUSS, 1994).

Com o afastamento do pensamento iluminista, a noção de individualidade se perde com o advento e a evolução da modernidade, em que o homem não é mais visto como um ser unificado e estável.

Terry Eagleton, em *Teoria da Literatura: uma introdução*, publicado em 1985, afirma que na literatura inglesa do século XVIII o caráter literário ou não de uma obra era determinado pela sociedade burguesa. Paradoxalmente, a arte literária figurava como um movimento de protesto,

ainda que velado e diminuto, contra a ideologia dominante. No século XIX, a partir das mudanças ocorridas em decorrência da Revolução Industrial e do crescimento do imperialismo inglês, surgiu a necessidade de disseminação dos valores burgueses, o que se fez por meio da criação imagética e pelas simbologias manifestadas na literatura inglesa daquele período, tornando-a uma espécie de produto social ou político.

Também nesse mesmo período, a historiografia renuncia as influências da escola positivista. Desde então, muda a forma de proceder do historiador e a questão criticada nessa escola é a prática do empirismo cego, que reduz a explicação dos fatos à causalidade determinante. Em oposição à escola positivista que se estende até por volta da década de 30, emerge a história do espírito, que chegou para derrubar os pressupostos anteriores e se fundar na literatura nacionalista, com base na estética da criação irracional, do purismo da metafísica estética. (JAUSS, 1994).

“Histórias nacionais somente poderiam ser consideradas séries acabadas de acontecimentos na medida em que culminam politicamente na concretização da unificação nacional ou, literariamente, no apogeu de um modelo clássico nacional”. (JAUSS, 1994, p.11).

Em razão dessa prática de apropriação ideológica pela classe dominante, a partir do século XX, o *New Criticism* norte americano, o formalismo russo e o estruturalismo francês se interpõem como correntes oposicionistas. Sua proposta é a desvinculação entre a história e o texto, além de desvincular ainda o autor e a obra, bem como a emoção de quem escreve e a obra literária. Sendo assim, a subjetividade e a historicidade deveriam ser eliminadas do estudo literário.

Tezza (2003) assim escreve acerca da discussão sobre o purismo na literatura:

A célebre “literariedade” \_ eis o dogma formalista, em torno do qual todas as discussões serão feitas, até mesmo pelos seus inimigos. Afinal, o que faz de uma obra literária uma obra literária? \_ essa é a questão central do formalismo. A revolução instaurada por eles está na natureza da resposta a esta questão antiga: para eles era preciso livrar a teoria literária de tudo que não fosse estritamente literário; livrá-la da psicologia, da história, da biografia, da sociologia, da intuição, do subjetivismo. [...]. (TEZZA, p. 88, 2003; grifos do Autor).

Contudo, assim como as ideias anteriores, essa corrente também seria refutada. Isso em razão de que, presa à estética formalista que perseguia a descrição científica do texto literário, ela Linguagem, São Carlos, v.23 (1):2015

seria falha no sentido de não levar em consideração o contexto histórico. Crítica semelhante se atribui à corrente marxista, por priorizar o contexto social em detrimento à abordagem estética. Outra questão considerada é o fato de houve o reconhecimento de a oposição entre criação e imitação apenas caracterizaria a arte literária humanista, não podendo ser estendida para a literatura medieval ou a moderna. (JAUSS, 1994).

A partir da segunda metade do século XX, o Estruturalismo desponta no campo dos estudos literários como uma forma de investigação científica sobre as práticas sociais inter-relacionadas, por meio das quais os significados são produzidos e reproduzidos, de uma forma binária, dentro de uma cultura. Por isso, seu princípio também se fundamenta na objetividade em detrimento a individualidade, conforme afirma Marilene Weinhardt.

Concentrou-se nas últimas décadas do século XX vasta produção teórica, sobretudo anglo-americana e francesa, que buscava estabelecer limites e paralelos entre as atividades de historiador e a do literato, este compreendendo o ficcionista, o teórico e o crítico. (WEINHARDT, 2011).

Assim, na concepção dos estudos literários daquele período, a literatura era vista como uma “estrutura verbal autônoma” e que funcionava de maneira sistemática. Segundo essa abordagem, o texto, as estruturas narrativas são universais e, portanto, também desprovidos de ligação com a história.

O crítico literário Luiz Costa Lima afirma que a teoria das estruturas, do francês Lévi-Strauss, salvo aspectos revistos pelo próprio crítico a *posteriori*, despertou seu interesse particular, justamente pelo aspecto arbitrário da relação entre a referida teoria e a história.

A concepção que o antropólogo faz da história concedia a ela “um lugar de primeiro plano” quanto à análise estrutural, ao mesmo tempo em que a submetia a uma posição secundária, porquanto restrita ao factual, empírico, à apreciação consciente que os homens fazem dos processos sociais. (COSTA LIMA, LUIZ, 2009, p.133; grifos do Autor).

Para Costa Lima (2009, p. 134; grifos do Autor), além da concepção histórica, que resultou no desconforto provocado em decorrência da interpretação dessa corrente “pela ênfase historicizante, empírica, “patriótica” e normativa da crítica literária”, o segundo aspecto que o instigou a respeito do estruturalismo foi a questão do simbólico. Nele, as

estruturas enquanto humanas possuem um valor simbólico, e sob esse prisma são acometidas de uma razão não intencional. Mas o que Lévi-Strauss entendia por “estrutura social” não se confundia com “organização social”, pois, para esta, a observação empírica é suficiente, já a estrutura estava condicionada a construção de *modelos*.

O Pós-estruturalismo pontua o início da percepção sobre a multiplicidade de sentidos que o texto literário pode evocar e/ou evidenciar; pontua ainda o registro da linguagem oral como estratégia de preservação da impessoalidade do discurso por meio da fala e como tentativa de preservar a mensagem em seu sentido mais íntimo e espontâneo. Esse conjunto de aspectos é fundamental para formar a consciência crítica do leitor sobre a realidade do mundo e sobre a condição social das minorias, tornando-se instrumento de combate ao discurso dominante.

No entanto, as limitações impostas pelas correntes científicas do século XX para o estudo literário imanente, segundo declara Costa Lima (2009), provocaram certo mal estar na crítica literária. Segundo Jauss (1994, p. 16) a questão colocada em discussão nesse novo contexto é acerca da função social da literatura e suas contribuições acerca da relação entre literatura e sociedade. Daí, a busca por uma nova forma que desse conta de superar o problema deixado pela crítica dos formalistas russos e pela historiografia literária marxista: uma “produção literária permeável aos acontecimentos da realidade histórica” capaz de mensurar o grau de importância de uma obra literária enquanto força testemunhal no que concerne à rememoração dos fatores responsáveis pela constituição da sociedade.

A Estética da Recepção, criada por Hans Robert Jauss, em 1967 e estudada até a atualidade, defende a interpretação da arte literária em função de seu contexto de produção na história, em sua função social e em relação aos efeitos por ela produzidos na sucessão geral da história.

Diferentemente do acontecimento político, o literário não possui consequências imperiosas, que seguem existindo por si sós e das quais nenhuma geração posterior poderá mais escapar. Ele só logra produzir seu efeito na medida em que sua recepção se estenda pelas gerações futuras, ou seja, por elas retomada – na medida, pois, em que haja leitores que novamente se apropriem da obra passada, ou autores que desejem imitá-la, sobrepujá-la ou refutá-la. A literatura como acontecimento cumpre-se primordialmente no horizonte de expectativa dos leitores, críticos e autores, seus contemporâneos e pósteros, ao experienciar a obra. Da

objetivação ou não desse horizonte de expectativa dependerá, pois, a possibilidade de compreender e apresentar a história da literatura em sua historicidade própria. (JAUSS, 1994, p. 26).

Assim, segundo justifica o crítico alemão, a Estética da Recepção toma como objeto investigativo a superestrutura (ligada à esfera social e política da história, diferente da infra-estrutura, estritamente ligada a fatores econômicos e de classes) e o seu constitutivo heterogêneo e simultâneo, ou seja, a multiplicidade de fatores determinantes e verificáveis pela produção literária sobre os acontecimentos da realidade histórica.

Já para Burke (1992, p. 341), a partir dos estudos publicados na revistas dos *Annales*, cujo foco era as economias, as sociedades e as civilizações, a narrativa literária se apresenta como forma exemplar ou como modelo escolhido pelos historiadores, sobretudo, aqueles pertencentes à Nova História. Nessa nova forma de se narrar a história dos fatos, parte-se do ponto de vista de um indivíduo em particular e da narração de profundas mudanças sociais ocorridas ao longo do tempo na sociedade, de forma tal que “os historiadores teriam de desenvolver suas próprias técnicas ficcionais para suas obras factuais.” Para o historiador, o que ocorre na atualidade é um fenômeno de expansão do campo de abrangência da história e que a história nacional do século XIX se vê, agora, em competição com a história regional, esta última ligada a discursos periféricos. Por isso a sua afirmação de que a história é uma “construção cultural” e que está sujeita a variações espaço-temporais.

Na concepção de Eagleton (2001, p. 5), o imaginário e o real coexistem no discurso literário, uma vez que “torna estranha, aliena a fala comum; ao fazê-lo, porém, paradoxalmente nos leva a vivenciar a experiência de maneira mais íntima, mais intensa.” Eagleton também afirma que esse discurso não pode ser dissociado da história e do mundo social e conclui que o importante na relação entre literatura e história é a necessidade de se fazer uma releitura da própria história e de se fazer uma análise do texto literário a partir dos efeitos ideológicos produzidos pela sua linguagem.

A obra literária, a partir de então, é um veículo da expressão popular, em que temas históricos, políticos e religiosos são debatidos, tal como são denunciados fatos e situações silenciados pela ideologia dominante.

A partir da década de 70, surge um gênero híbrido denominado Novo Romance Histórico (ESTEVES, 1998); (WEINHARDT, 2011). Paradoxal em relação às correntes de estudos imanentes da sociologia da literatura, ele surge no cenário das narrativas literárias, associando a linguagem ficcional e a subjetividade à narrativa historiográfica reatando os dois lados daquele “abismo” antes existente. Weinhardt (2011) destaca que

[...] a narrativa histórica se constrói sobre fatos reais, a narrativa ficcional sobre fatos imaginários, mas as duas são construções verbais, não há o que questionar. Mas no caso da ficção de caráter histórico, também a distinção de conteúdo tende a se atenuar e até desaparecer de vez, a ponto de muitas vezes o leitor menos comprometido com catalogações hesitar, se lhe exigem uma resposta imediata à pergunta se está lendo ficção ou história. (WEINHARDT, 2011, p. 14).

Dessa forma, a exemplo da narrativa do romance *Um Amor Anarquista* oportuniza-se ao leitor questionar ambas as construções verbais, a histórica e ficcional, acerca do acontecimento histórico. A primeira por meio dos registros documentais, representada pelas cartas do imigrante italiano Giovanni Rossi. A segunda representada pela linguagem subjetiva, pelo anacronismo, a ironia, a irreverência e o humor. Elementos estes que reunidos são responsáveis por desconstruir aquela imagem idealista acerca dos conceitos românticos sobre a beleza clássica, o nacionalismo unificado e a subjetividade estável.

A partir das reflexões teóricas acima propostas e com base na conclusão de Darnton (1992), também observamos uma profunda mudança em relação à leitura dos acontecimentos retratados pela literatura e pela historiografia ao longo do curso da história. Entretanto, uma coisa ainda permanece latente no caminho da leitura, da literatura e da história: a busca contínua e incessante do homem por encontrar os significados desses acontecimentos no mundo que o cerca e no interior de sua própria subjetividade.

Dessa forma, passamos a analisar como esses três elementos interagem no processo de construção do perfil de identidade nacional criado para o brasileiro e para o imigrante em dois momentos político-sociais distintos.

**Análise: a construção narrativa acerca da nacionalidade nas obras *Iracema* e *Um Amor Anarquista***

Sempre que se remete à narrativa histórica sobre a colonização do Brasil, na segunda metade do século XIX, logo vem à memória coletiva os ecos das construções narrativas sobre a luta de povos desbravadores e revolucionários que aqui vieram para instaurar o progresso da jovem nação brasileira. Esse tom enaltecido reforça na memória do coletivo social a construção da imagem heróica de grupos étnicos que foram capazes de transpor as mazelas econômicas e sociais vividas tanto em seus países de origem como em solo brasileiro, para reafirmar sua identidade ou reconstruí-la, mediante os anseios de novas e melhores condições de vida, que a pátria jovem prometia-lhes com tanta exaltação.

Assim, destacamos dentre o contingente de imigrantes europeus aqui recém chegados, em ambos os períodos: colonial e republicano, os portugueses e os italianos, respectivamente. Sobre eles então procuramos analisar pelo viés histórico-literário, os aspectos interditos dessa historicidade, os silenciamentos ocasionados pela ideologia dominante e homogeneizadora da história oficial, bem como analisar a multiplicidade de formações identitárias, muitas das quais ousaram romper com a já referida ideologia.

A proposta idealizadora do Romantismo é a criação de uma literatura verdadeiramente nacional, a partir da valorização das tradições indígenas, de seus costumes e de sua linguagem. Para isso, em certa medida, aproxima-se da história oficial. O conjunto dessas características constitui aquilo que Jauss (1994) chama de literatura a serviço da ideologia nacional, sob influência da história do espírito, originária na ciência literária alemã. Ressalta sempre o belo e o extraordinário como aspecto da singularidade nacional, bem como retrata a figura estereotipada do índio como herói idealizado. O sentimentalismo, a religiosidade e a imaginação surgem como alternativa para o não enfrentamento à realidade que oprime e que se quer negar.

Paradoxalmente, na perspectiva do Novo Romance histórico a proposta é a busca pela autenticidade da expressão literária. Isso se faz pelo distanciamento da história oficial, conscientemente distorcida por meio de recursos linguísticos e estilísticos, tais como, omissões, exageros, anacronismos, intertextualidade, heteroglossia, paródia, carnavalização, dialogismo. Sendo desse conjunto, os cinco últimos tomados por influência

da estética bakhtiniana. Tais recursos também funcionam no processo de rememoração de datas, fatos, lugares, assim como também de sentimentos e experiências humanas vivenciados outrora.

Martim, o colonizador português, vem para o Brasil para fundar o Ceará, traz consigo a cultura religiosa como elemento de afirmação de sua superioridade em relação à cultura indígena. Tal qual explica Jauss (1994, p.10) acerca da criação dos mitos literários como resultante do processo de afunilamento da “multiplicidade da história das individualidades nacionais”, a partir da construção narrativa, sua imagem idealizada é a representação do colonizador quase perfeito, figura moldada pela civilidade da educação familiar e cristã.

Na obra de José de Alencar, o perfil da identidade do brasileiro é construído pelo imigrante europeu como o de um nativo selvagem. Isso porque sendo este último aculturado pela civilização do branco europeu refletido como o “modelo clássico nacional”, o perfil imagético do brasileiro tornou-se “o bom selvagem”.

Outro aspecto relevante a se comparar é uma tônica constante nos romances românticos, o saudosismo nostálgico. Martim ilustra essa característica ao sentir saudades de sua pátria, revelando pelo mesmo motivo, seu sentimento de pertença ao país de origem, ainda que fisicamente dele muito distante.

Giovanni Rossi, o colonizador italiano, vem para o Brasil para incorporar-se ao programa de povoação de regiões ermas, mais distantes da capital paranaense. Traz consigo a negação da religião, do poder estatal e da família instituída sob os laços do casamento monogâmico, considerando que estes são os elementos de perpetuação da cultura dominante.

O perfil da identidade do brasileiro é construído pela narrativa do romance contemporâneo como um povo que ainda necessita das ideias civilizadas e das técnicas de trabalho, com vistas à conquista do progresso social, político e econômico. Contudo, ele não se limita mais apenas a ser um mero aprendiz dos costumes civilizatórios dos europeus. O feio, as precariedades, as fraquezas humanas são expostas a partir da visão de um personagem histórico, que tornado sujeito comum, contrapõe-se pela construção

narrativa assentada na oralidade, à versão da história contida nos registros e documentos oficiais.

O brasileiro também já tem o que ensinar ao europeu em termos de civilidade. O passado é revisto sob uma perspectiva ideológica, de modo a instaurar certo nível de criticidade em relação aos acontecimentos históricos, mediante o seu contraponto com os acontecimentos do presente.

Assim, a visão do passado não é nostálgica, mas realística. Diferentemente de Martim, Rossi ao mencionar em sua narrativa sobre suas saudades em relação a sua terra de origem, ele o faz não em referência à Itália e, sim, em relação ao Brasil. Isso denota que o sentimento de pertença do imigrante europeu já se transfere para o país que o acolhe.

Na análise de ambas as obras a ambiguidade é uma das características marcantes no desfecho das narrativas. O jogo primitivismo nacionalista x transplantação cultural, presente no romance de Alencar é substituído pela dualidade civilidade nacionalista x assimilação cultural, predominante na linguagem de *Um Amor Anarquista*.

No caso do romance de Miguel Sanches Neto, temos o exemplo da micro narrativa histórica de Burke (1992, p. 341), pois temos a narração de uma parcela da história nacional “sobre as pessoas comuns no local em que estão instaladas”, ou seja, a história de imigrantes italianos nem um pouco idealizados como modelo identitário a ser seguido enquanto civilização, mas ao contrário, é a narração de acontecimentos do cotidiano e da história de pessoas comuns com sonhos e frustrações como qualquer outro ser humano comum.

Na visão contrastante da construção narrativa presente no Novo Romance Histórico, aqui representada pela obra *Um Amor Anarquista*, a imagem de um passado heróico e patriótico do Brasil nação é desconstruída, assim como são igualmente desconstruídas as ideias de um país cheio de encantos, de riquezas naturais e da visão mitificada acerca da identidade do povo brasileiro.

Essa visão que outrora forjara a construção da identidade nacional, esculpindo o nativo indígena segundo os padrões culturais aos da civilização europeia. Para a construção narrativa contemporânea, decorrente do segmento Novo Romance Histórico, o que ocorre agora é uma inversão dos valores acerca do modelo de civilização; pois o que Linguagem, São Carlos, v.23 (1):2015

se representa é o brasileiro servindo de exemplo aos costumes europeus, sobretudo no que diz respeito ao aspecto da hospitalidade e da boa camaradagem.

### **Considerações Finais**

A partir da questão levantada por Peter Burke (1992) na obra *A escrita da história*, recoloca-se aqui, o problema da narrativa pela contraposição entre uma obra representativa do Romantismo e outra representativa do Novo Romance Histórico. O primeiro é visto, em nossa concepção, tal qual o modelo de narrativa tradicional, criticado pelo historiador, como um estilo de narrativa cronológica sobre acontecimentos relativos a grandes fatos e personalidades que marcaram a história da construção da identidade cultural nacional, que atua como uma espécie de instrumento pedagógico e civilizatório, uma espécie de “freio” moralizante.

O segundo, por sua vez, aqui então sugerido como uma forma de narrativa densa, ao condensar em si a narrativa dos fatos históricos, as diferentes estruturas sociais que dele fizeram parte, micro fisicamente institucionalizadas, representativas de diferentes formas de pensar, aspectos que segundo o historiador, contribuem para acelerar a ordem dos acontecimentos no sentido do progresso das ideias e dos homens.

Nesse novo paradigma da produção literária brasileira, está o contraponto da versão folhetinesca do século XIX. O Novo Romance Histórico tende a revisitar o passado histórico nacional, no sentido de desconstruir ideologias e discursos dominantes. Com base dialógica nos pressupostos da Nova História (BURKE, 1992), busca pelo registro linguístico ficcional desmistificar, desconstruir a versão histórica oficial pelo entrecruzamento das culturas, a fim de estudar a integração entre a alta e a baixa cultura.

Também a inserção de uma linguagem subjetiva como ampliação à narrativa de registros e documentos oficiais, associada à intertextualidade da história com outras áreas do conhecimento humano, tais como a filosofia, a sociologia entre outras, caracterizou, de certa forma, o Novo Romance histórico como uma literatura de questionamentos – a partir do ponto de vista de sujeitos comuns – sobre o passado histórico nacional. Nisso também o Novo Romance Histórico se difere da visão seccionista acerca de estudos historiográficos tradicionais, segundo critica Peter Burke e cuja influência encontramos representada na

narrativa romântica, em que predomina a escrita centrada nos grandes feitos, em grandes homens e eventos políticos.

A leitura do primeiro romance ilustra um estilo de nacionalismo totalitário, onde a idealização de uma identidade para o sujeito e de uma nação são representativos de um modelo de cultura e organização social a serem pedagogicamente imitados. Já a leitura do segundo representa o contraste a esse totalitarismo, ao apresentar a ideia de desfragmentação, tanto em relação aos sujeitos como em relação à noção de pátria. Aspecto esse que se amplia em relação à questão do sentimento de pertença, também desfragmentado e só possível de ser compreendido na sua interrelação com a exterioridade, na sua interrelação com o coletivo, com as diferentes experiências humanas e práticas sócio-culturais.

## Referências

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In.: *A Escrita da história: novas perspectivas*. BURKE, Peter (Org.). Trad. Magda Lopes. São Paulo: São Paulo: UNESP, 1992. p. 327 a 348.

COSTA LIMA, Luiz. *Retrospecto de uma fresta. O que devo ao estruturalismo*. REVISTA USP, São Paulo, n.81, p. 130-140, março/maio 2009.

DARNTON, Robert. A história da leitura. In.: *A Escrita da história: novas perspectivas*. BURKE, Peter (Org.). Trad. Magda Lopes. São Paulo: São Paulo: UNESP, 1992. p. 199-236.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Trad. Waltensir Dutra. Revisão da tradução João Azenha Junior. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ESTEVES, A. R. O novo romance histórico brasileiro. In: ANTUNES, L. Z. (Org.). *Estudos de literatura e linguística*. S. Paulo; Assis: Arte & Ciência, 1998, p. 123-158.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. De Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatary. *História da Indústria Sul-Rio-Grandense*. Guaíba: Riocell, 1985.

TEZZA, Cristovão. *Entre a prosa e a poesia: Bakhtin e o formalismo russo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

WEINHARDT, Marilene. Romance histórico: das origens escocesas ao Brasil finissecular. In: WEINHARDT, Marilene (Org.). *Ficção histórica, teoria e crítica*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011, p. 13-55.